

## Inquérito MEP a Diretores Escolares - Análise Crítica

A Missão Escola Pública promoveu um inquérito dirigido aos diretores escolares, cujos resultados preliminares foram divulgados em dezembro, encontrando-se agora concluída a análise com base nos dados finais. O inquérito decorreu entre **9 de dezembro e 4 de janeiro** e teve como objetivo realizar um **balanço do primeiro período/trimestre de aulas**, recolhendo dados sobre **horários sem professor**, **medidas adotadas para responder a estas situações**, **condicionalismos sentidos no exercício do cargo de diretor** e igualmente informação relativa às **condições de inclusão educativa**, a qual será objeto de análise específica posterior.

### Caracterização da Amostra

A amostra integra **222 agrupamentos e escolas não agrupadas**, distribuídos pelos **18 distritos do país**, correspondendo a **mais de 25% do total nacional** (809 agrupamentos e escolas não agrupadas), o que lhe confere elevada robustez.

A distribuição territorial da amostra é equilibrada, de acordo com os critérios da Rede Escolar: **30,6%** das respostas provêm do **Norte**, **22,5%** do **Centro**, **31,1%** de **Lisboa e Vale do Tejo**, **9,5%** do **Alentejo** e **6,3%** do **Algarve**. A cobertura da amostra é homogénea em todas as regiões, situando-se entre **23% e 35%**.

A amostra abrange escolas de diferentes dimensões e contextos organizacionais, incluindo agrupamentos com menos de **500 alunos** e outros com mais de **2000**, bem como quadros docentes que variam entre **menos de 50** e **mais de 200 professores**, assegurando um retrato abrangente da realidade das escolas públicas no primeiro período.

Região	Nº de Agrupamentos/Escolas não agrupadas (amostra)	Percentagem da amostra	Cobertura da amostra (%)
Norte	68	30,6	23,4
Centro	50	22,5	34
Lisboa e Vale do Tejo	69	31,1	26,3
Alentejo	21	9,5	30
Algarve	14	6,3	35
<b>Total</b>	<b>222</b>	<b>100</b>	<b>27,4</b>

## **Análise dos Dados**

A análise dos dados incide em três dimensões centrais do balanço do primeiro período/trimestre de aulas: os **horários sem professor**, as **medidas implementadas para responder à falta de docentes** e as **principais dificuldades sentidas pelos diretores no exercício do cargo**, permitindo uma leitura integrada dos problemas que marcam o funcionamento das escolas públicas.

### **Horários sem professor:**

- Cerca de **70% dos diretores** (154 respostas) referem que tiveram **horários sem professor atribuído por mais de uma semana** e 41% (92 respostas) referem ter tido pelo menos um horário sem professor durante mais de um mês.
- Quase **34% dos diretores** (74 respostas) confirma que teve **pelo menos um horário sem professor durante todo o primeiro período/trimestre**. Destes, **16% (35 respostas)** referem a existência de **1 horário** nessas condições; **8% (17 respostas)** reportam **2 horários**; **3% (8 respostas)** indicam **3 horários**; e há ainda **agrupamentos (2)** que referem ter tido **mais de 10 horários** sem professor atribuído durante todo o período.

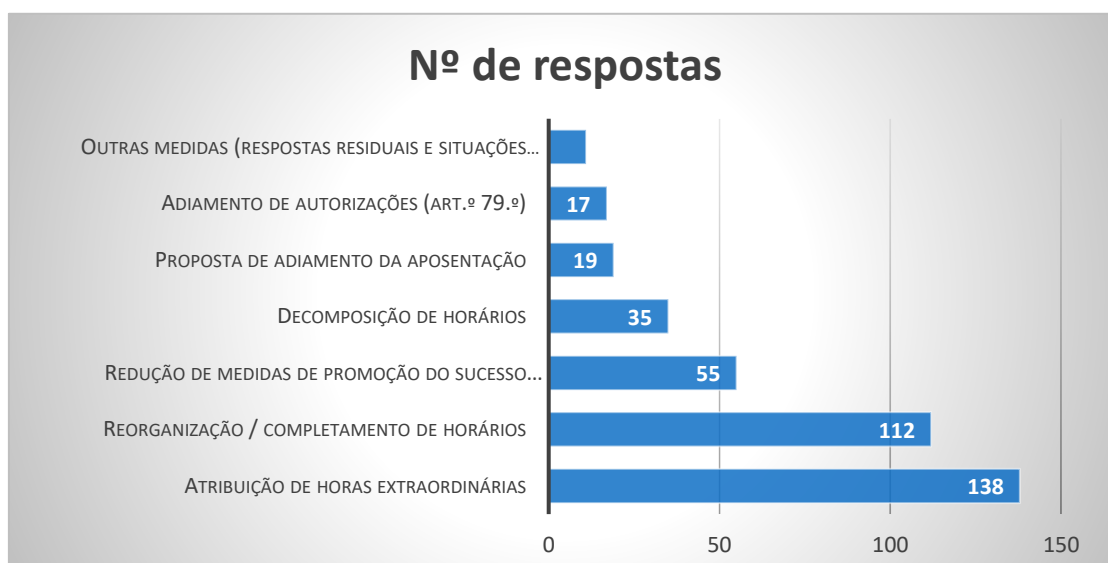
A análise por região confirma que a escassez de professores continua a ter maior expressão nas **zonas já identificadas como mais problemáticas**, nomeadamente **Lisboa e Vale do Tejo** e o **Algarve**. Contudo, os dados evidenciam de forma clara que o problema já **não se restringe a estas regiões** e encontra-se em **franca disseminação territorial**. Destaca-se, em particular, a região **Centro**, onde **36% dos agrupamentos** reporta ter tido **pelo menos um horário sem professor durante todo o primeiro período**, valor que evidencia a extensão do problema a territórios que, até há poucos anos, não surgiam como prioritários neste indicador. Em **Lisboa e Vale do Tejo**, **40,6%** dos agrupamentos reporta situações idênticas, seguindo-se o **Algarve**, com **50,0%**, e o **Alentejo**, com **28,6%**. Mesmo no **Norte**, região que continua a apresentar menor incidência relativa, **22,1%** dos agrupamentos indica ter tido disciplinas sem professor durante todo o período.

Estes dados confirmam que a falta de docentes deixou de ser um fenómeno circunscrito a determinados territórios e passou a afetar, em graus distintos, **todas as regiões do país**.

- Relativamente aos grupos de recrutamento mais afetados, verificamos que a maior dificuldade é atribuir professor de 1º ciclo (31%), seguindo-se os grupos de Educação Especial (25%), Português (22%), Informática (20%), Inglês (11%), Matemática (10%), Francês (8%), História (7%) e Geografia (7%).
- No que respeita ao 1º ciclo, verificamos que 14% dos diretores (31 respostas) refere que teve turmas sem professor atribuído, o que é bastante relevante tendo em conta que a não atribuição de professor a estes alunos poderá implicar ficarem sem qualquer aula.
- Quando questionados sobre a existência de **turmas sem professor atribuído no final do 1.º período**, verifica-se que em **32% dos agrupamentos (71 respostas)** existe **pelo menos uma turma com falta de, pelo menos, um professor**. Dos agrupamentos/escolas não agrupadas que reportaram esta situação, **52** indicam ter **entre 1 e 5 turmas** nessas condições, **11** referem **entre 6 e 10 turmas**, e **5** reportam **entre 11 e 25 turmas**. Regista-se ainda **um agrupamento** em que **mais de 20 turmas** se encontram com falta de, pelo menos, um professor.

#### Medidas Aplicadas para dar resposta à falta de professores:

- Quando questionados sobre as medidas aplicadas para responder à falta de professores, os diretores identificam de forma clara a **atribuição de horas extraordinárias** como a principal resposta (**62,2%**), seguida da **reorganização/complemento de horários** (**50,5%**). Surge ainda com expressão relevante a **redução das medidas de promoção do sucesso** – como apoios, coadjuvações ou desdobramentos – assinalada por **24,8%** dos diretores

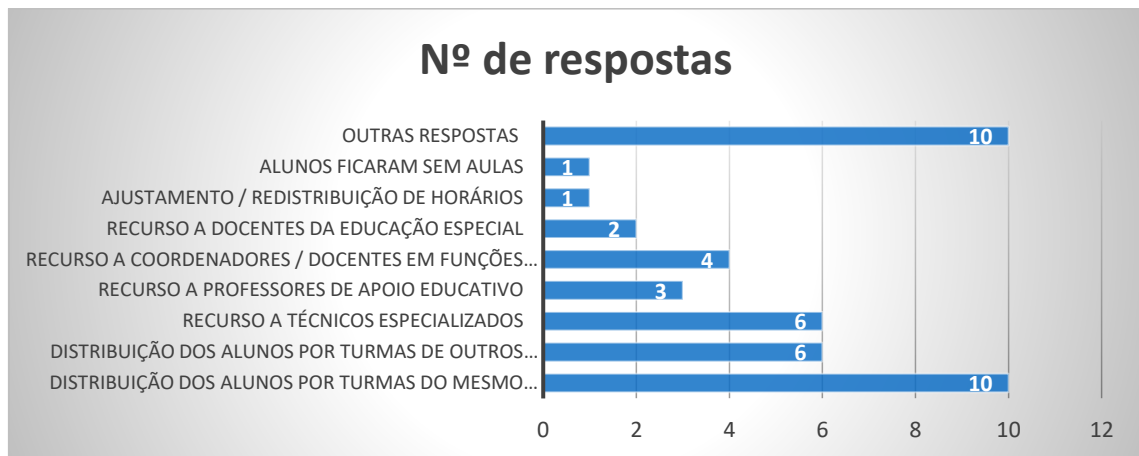


As horas extraordinárias são, de facto, a medida que está a mitigar a falta de professores, mas poderão ter consequências a médio e longo prazo, pois contribuem para o desgaste dos docentes. Quando se coloca a questão de quantos professores têm horas extraordinárias atribuídas, verificamos que em 82% dos agrupamentos (181 respostas), pelo menos um professor está a lecionar horas extraordinárias, existindo casos com mais de 50 professores com horas extraordinárias (4 agrupamentos). Este dado indica que existem milhares de docentes sobrecarregados em todo o país.

Importa ainda referir que o regime de trabalho extraordinário aplicável aos docentes é, em termos relativos, menos favorável do que o previsto para outras classes profissionais. Enquanto no regime docente os acréscimos remuneratórios se limitam a 25% e 50%, noutros setores – incluindo o regime geral do trabalho, a Administração Pública e áreas como a saúde – as horas extraordinárias podem atingir acréscimos de 100%, 150% ou mesmo 200%, em função do volume de horas, do horário ou do trabalho em dias de descanso e feriados. Na prática, a hora extraordinária de um docente corresponde, em média, a valores entre cerca de 14€ e 18€ nos escalões iniciais e intermédios, podendo atingir aproximadamente 30€ a 36€ nos escalões mais elevados, verificando-se um valor pouco atrativo, ainda mais quando associado ao desgaste que comporta.

- Sendo o 1.º ciclo um nível particularmente preocupante – dado que, quando os alunos não têm professor atribuído, pura e simplesmente **não têm aulas**, ao contrário de outros ciclos – debruçamo-nos especialmente sobre estes dados. **14% dos agrupamentos** (31 respostas) referiu ter turmas de 1.º ciclo sem professor, incluindo relatos de escolas do distrito de Lisboa que tiveram **8 horários de 1.º ciclo sem professor durante todo o primeiro período**. Quando questionados sobre as medidas aplicadas, verificamos que a distribuição de alunos por outras turmas (16 respostas, sendo 6 delas referentes a turmas de outros níveis de ensino) e o recurso a técnicos especializados (6 respostas) são as mais usadas, sendo particularmente preocupante o recurso a técnicos, pois estes não têm habilitação para assegurar a avaliação e transição dos alunos, podendo estar em causa a não progressão dos alunos para o próximo nível de escolaridade. Também é de registar que a distribuição de alunos por turmas de outros níveis de ensino consiste numa prática que foi argumento para se encerrarem escolas de pequena dimensão, pois especialistas defendem que é pedagogicamente prejudicial ao processo de

aprendizagem dos alunos. Estas medidas também conduzem ao camuflar do real número de alunos sem professor no 1º ciclo.



- A análise revela ainda um dado particularmente preocupante: mais de 75% dos agrupamentos (171 respostas) tem pelo menos um horário entregue a um recurso humano sem formação em ensino. A maioria destes agrupamentos (143) refere ter até 10 horários atribuídos a pessoas sem qualificação docente, mas existem casos extremos (2 respostas) em que mais de 50 horários foram entregues a recursos humanos sem formação pedagógica ou habilitação profissional. Este fenómeno, que já ultrapassa a escala de solução de emergência, representa um risco sério para a qualidade do ensino e confirma que a falta de docentes está a ser colmatada à custa da substituição de profissionais qualificados por pessoal sem preparação para a função e sem que sejam tomadas medidas para os munir da preparação necessária.
- Relativamente à medida que consiste no adiamento da aposentação, verifica-se que em 127 agrupamentos (57% da amostra) pelo menos um professor adiou o pedido de aposentação.

Antes de fazermos uma análise por região é importante contextualizarmos alguns dados: quando se fala de falta de professores, existe uma ideia consolidada e unânime de que esta realidade não se faz sentir de igual forma ao longo de todo território, sendo as regiões de Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve aquelas indicadas com carência de professores. Vários dados confirmam esta realidade, nomeadamente a lista de escolas carenciadas divulgada no ano letivo 24/25, bem como as listas de vagas aos concursos externos extraordinários. Lembramos ainda que as escolas carenciadas e o número de vagas divulgado ano letivo anterior foram apurados com dados anteriores à aplicação da medida que consiste no suplemento

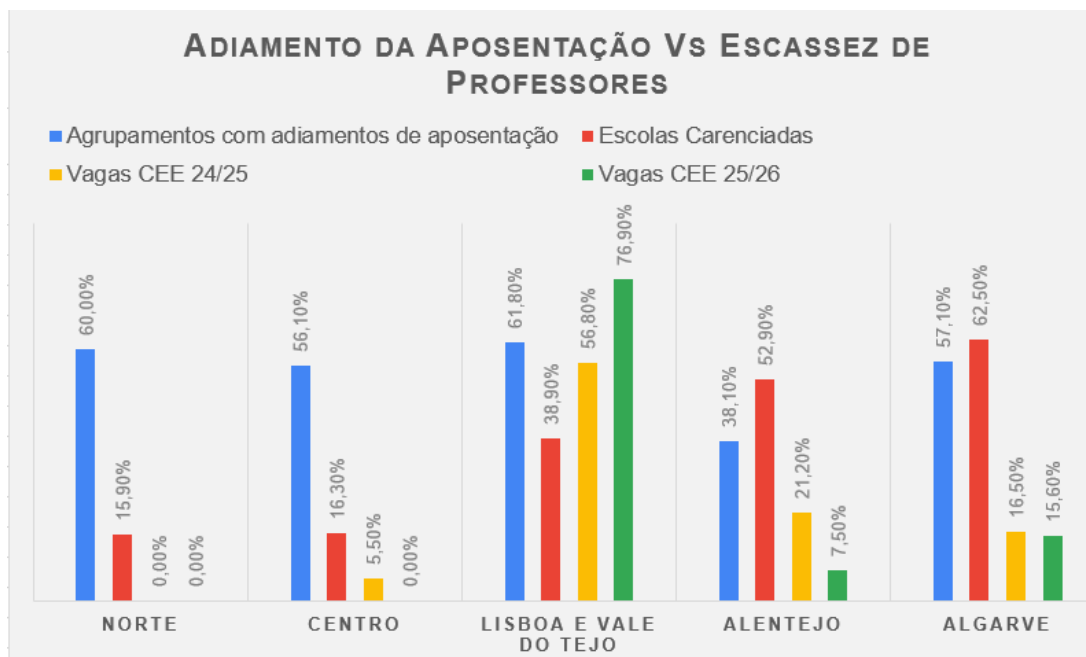
remuneratório de 750€ para quem adia a aposentação, pelo que esta medida não tem implicações nesse apuramento.

Escolas carenciadas				Vagas do Concurso Externo Extraordinário				
Região	Escolas carenciadas (n.º)	Total de escolas (universo)	% de escolas carenciadas na região	Região	Vagas CEE 24/25	% 24/25	Vagas CEE 25/26	% 25/26
Norte	46	290	15,90%	Norte	0	0,00%	0	0,00%
Centro	24	147	16,30%	Centro	72	5,50%	0	0,00%
Lisboa e Vale do Tejo	102	262	38,90%	Lisboa e Vale do Tejo	743	56,80%	1385	76,90%
Alentejo	37	70	52,90%	Alentejo	278	21,20%	135	7,50%
Algarve	25	40	62,50%	Algarve	216	16,50%	280	15,60%
<b>Total</b>	<b>234</b>	<b>809</b>	<b>28,90%</b>	<b>Total</b>	<b>1309</b>	<b>100%</b>	<b>1800</b>	<b>100%</b>

A análise dos dados permite concluir que as regiões Norte e Centro não constituem zonas carenciadas de professores no momento da implementação do plano *Mais Aulas, Mais Sucesso*. Passemos, então, agora, à análise dos números referentes ao adiamento das aposentações por região.

Adiamento da aposentação de docentes (agrupamentos/escolas que referem ≥ 1 docente a adiar a aposentação)			
Região	Nº de respostas	Percentagem na região	Percentagem da amostra
Norte	45	60,00%	20,30%
Centro	32	56,10%	14,40%
Lisboa e Vale do Tejo	34	61,80%	15,30%
Alentejo	8	38,10%	3,60%
Algarve	8	57,10%	3,60%
<b>Total</b>	<b>127</b>	<b>—</b>	<b>57,20%</b>

A análise da percentagem de agrupamentos que referem pelo menos um docente a adiar a aposentação evidencia uma **distribuição globalmente homogénea** desta medida entre as diferentes regiões. Os valores situam-se em torno da média nacional (**57,2%**), com percentagens semelhantes no Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo e Algarve. Observa-se, ainda assim, uma **tendência gradual de diminuição das percentagens à medida que se avança para sul**, sem variações abruptas entre regiões.



A leitura integrada dos dados relativos ao adiamento da aposentação e à escassez de professores, conforme ilustrado no gráfico, permite questionar a eficácia da medida que consiste no **incentivo remuneratório ao adiamento da aposentação** enquanto resposta à falta de docentes. Para efeitos desta análise, consideram-se como indicadores da escassez a **percentagem de escolas identificadas como carenciadas** em cada região e a **distribuição das vagas dos concursos externos extraordinários**.

Os dados mostram que, no **Norte** e no **Centro**, a percentagem de agrupamentos com docentes a adiar a aposentação é elevada (**60,0%** e **56,1%**, respetivamente), apesar de estas regiões apresentarem baixos níveis de escassez docente, traduzidos na reduzida percentagem de escolas carenciadas (**15,9%** e **16,3%**) e na inexistência ou expressão residual de vagas nos concursos externos extraordinários. Em contraste, nas regiões onde a escassez de professores é mais acentuada – **Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve** – concentram-se a maioria das escolas carenciadas e das vagas dos concursos extraordinários, sem que se observe uma incidência proporcionalmente superior do adiamento da aposentação.

Esta dissociação territorial levanta dúvidas quanto à adequação da medida, tal como está concebida, enquanto resposta à falta de professores. Os docentes que adiam a aposentação encontram-se, regra geral, nos últimos escalões da carreira e têm horários letivos reduzidos (**14 horas**), pelo que, em contextos onde não existe escassez docente, o adiamento pode impedir a libertação de horários que



poderiam ser atribuídos a docentes profissionalizados com horários completos (**22 horas letivas**), atualmente integrados nas listas de não colocados.

Tendo o próprio Ministro da Educação afirmado dispor de dados oficiais detalhados sobre esta medida, afigura-se essencial, por razões de transparência, que sejam tornados públicos os dados relativos ao adiamento da aposentação **por região e por grupo de recrutamento**, permitindo uma avaliação rigorosa da sua eficácia real.

Mais do que não comprovar o sucesso anunciado, os dados sugerem que a medida pode mesmo revelar-se **economicamente danosa**, ao concentrar incentivos remuneratórios em contextos onde não existe escassez de professores, mantendo em funções docentes, em escalões elevados e com horários reduzidos, enquanto docentes profissionalizados permanecem nas listas de não colocados.

#### **Principais dificuldades sentidas pelos diretores no exercício do cargo:**

Verifica-se que os diretores identificam como principais dificuldades no exercício do cargo a **falta de assistentes operacionais**, assinalada por **67,6%** dos inquiridos (**150 respostas**), e a **burocracia**, referida por **63,1%** (**140 respostas**), surgindo estas como as mais frequentemente indicadas. A **falta de professores** é igualmente apontada por uma parte significativa dos diretores, correspondendo a **43,7%** das respostas (**97 diretores**), evidenciando a dimensão estrutural do problema.

A **indisciplina dos alunos** é mencionada por **30,2%** dos diretores (**67 respostas**), enquanto os **processos concursais** são referidos por **23,9%** (**53 respostas**), revelando dificuldades adicionais na gestão dos recursos humanos e na organização do funcionamento escolar.

Com menor expressão percentual (**2,3%**, **5 respostas**), surgem ainda referências à **nova estruturação e às dificuldades de comunicação com os serviços centrais**, que, apesar de não terem sido inicialmente apresentadas como opção de resposta, foram consideradas por alguns diretores como um constrangimento pertinente. Este dado permite questionar se a recente reorganização do MECI terá efetivamente contribuído para a agilização dos procedimentos, conforme indicado pelo Ministro, ou se, pelo contrário, terá acrescentado **mais um fator de constrangimento** ao exercício do cargo de diretor.

A análise por região evidencia que os constrangimentos sentidos pelos diretores **não se distribuem de forma homogénea**, variando de acordo com os contextos territoriais.



No **Norte**, os principais constrangimentos referidos são a **burocracia** (67%) e a **falta de assistentes operacionais** (61%), enquanto a **falta de professores** surge com menor expressão (20%), em consonância com a menor incidência de horários sem professor registada nesta região.

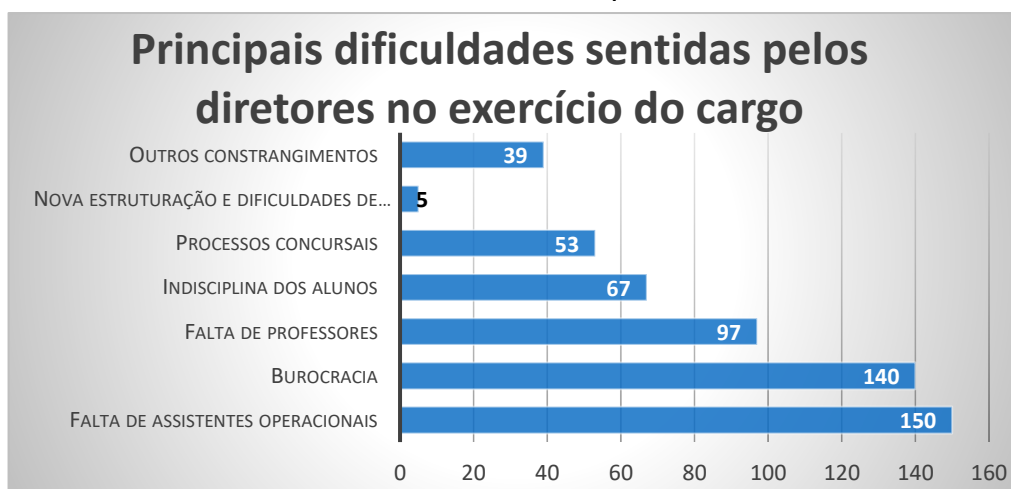
No **Centro**, destacam-se a **falta de assistentes operacionais** (83%) e a **burocracia** (56%), a par de uma incidência já significativa da **falta de professores** (40%), revelando um quadro de constrangimentos diversificado.

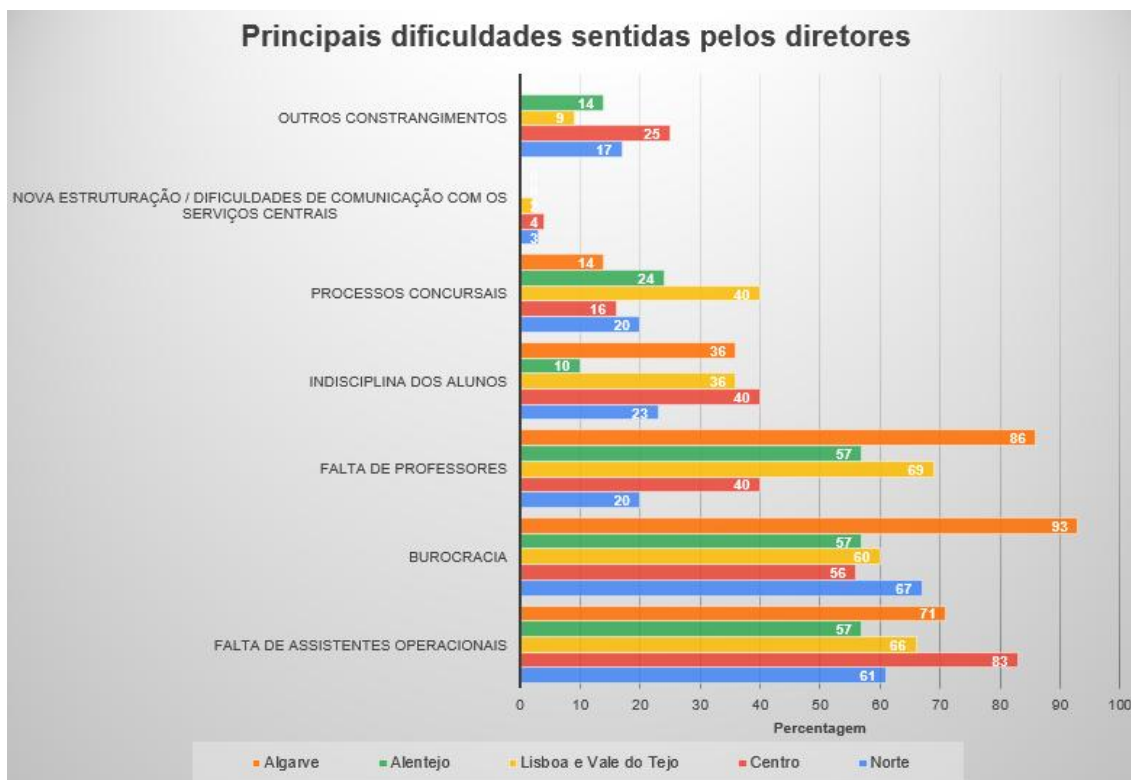
Em **Lisboa e Vale do Tejo**, a **falta de professores** assume particular relevância (69%), surgindo como um dos principais constrangimentos, acompanhada pela **burocracia** (60%) e pela **indisciplina dos alunos** (36%), refletindo a pressão sentida nesta região.

No **Alentejo**, os constrangimentos distribuem-se de forma equilibrada, com valores idênticos para a **falta de assistentes operacionais**, a **burocracia** e a **falta de professores** (57%), evidenciando dificuldades transversais.

No **Algarve**, a **falta de professores** é o constrangimento mais expressivo (86%), acompanhada por níveis elevados de **burocracia** (93%) e de **falta de assistentes operacionais** (71%), confirmando a pressão sentida pelas escolas desta região.

No seu conjunto, os dados sugerem que a **falta de professores** assume um peso diferenciado consoante a região, surgindo como um constrangimento mais relevante nos territórios onde a escassez é mais acentuada, a par de outros fatores estruturais, como a burocracia e a carência de assistentes operacionais.





### Conclusão - principais resultados

- **Falta de professores: um problema estrutural que se alastra**

Os dados finais confirmam aquilo que Missão Escola Pública tem vindo a alertar: a **falta de professores está a alastrar** e deixou de ser um problema localizado. Quase **34% dos agrupamentos (74)** funcionou **todo o primeiro período com pelo menos um horário sem professor**, mantendo disciplinas sem docente durante três meses consecutivos. No final do período, **32% dos agrupamentos (71)** reportava ainda **turmas com falta de, pelo menos, um professor**, num momento particularmente sensível do ano letivo.

Convém lembrar que a legislação permite que um aluno não tenha avaliação numa ou mais disciplinas **durante apenas um trimestre**, não podendo terminar **dois trimestres consecutivos sem avaliação**. Contudo, **milhares de alunos iniciaram o segundo período sem terem tido uma única aula a pelo menos uma disciplina, por falta de professor**, num contexto que tende a agravar-se após as **313 aposentações em janeiro** e as **287 em fevereiro**. Perante este cenário, torna-se inevitável questionar **como será assegurada a avaliação destes alunos no final do ano letivo**, caso continuem sem professor.

- **Medidas implementadas: respostas de emergência que não resolvem**

Perante a escassez de docentes, as escolas continuam a recorrer sobretudo a **medidas de caráter de emergência**. A **atribuição de horas extraordinárias** é a resposta mais utilizada (**62% dos diretores**), existindo milhares de professores sobrecarregados. Em paralelo, **mais de 75% dos agrupamentos (171) tem horários entregues a recursos humanos sem formação em ensino**, uma solução que ultrapassa claramente o caráter excecional e levanta sérias reservas quanto à qualidade e à equidade do ensino.

Os dados confirmam que as medidas adotadas **não estão a resolver o problema**, limitando-se a mitigar os seus efeitos imediatos.

- **Adiamento das reformas: uma medida que levanta dúvidas**

Os dados do inquérito mostram que o adiamento da aposentação abrange **57% dos agrupamentos**, mas a sua distribuição regional **não acompanha os territórios onde a escassez de professores é mais acentuada**, quando analisada em articulação com indicadores objetivos como as escolas carenciadas e as vagas dos concursos externos extraordinários. Esta dissociação fragiliza a narrativa de eficácia da medida enquanto resposta estruturada à falta de docentes.

Acresce que o adiamento incide predominantemente sobre docentes em **escalões elevados da carreira**, com **horários letivos reduzidos**, levantando dúvidas não apenas quanto ao seu impacto pedagógico, mas também quanto à **racionalidade da sua aplicação do ponto de vista da gestão de recursos públicos**. Em contextos onde não existe escassez docente, a manutenção destes docentes em funções pode impedir a libertação de horários que poderiam ser atribuídos a docentes profissionalizados com horários completos, atualmente nas listas de não colocados.

Neste quadro, e à luz da análise apresentada, **os dados não sustentam a classificação desta medida como um “sucesso”, tal como tem sido afirmado pelo Ministro da Educação**, antes apontando para o risco de uma **afetação ineficiente de recursos públicos**, decorrente de um desenho e de uma aplicação territorialmente desajustados, cuja eficácia real e custo económico permanecem por demonstrar.

- **Diretores sob pressão: queixas generalizadas**

Os resultados evidenciam ainda um quadro de forte pressão sobre as direções escolares.

**68% dos diretores (150)** aponta a **falta de assistentes operacionais** como principal dificuldade, **63% (140)** refere a **burocracia** e **44% (97)** a **falta de professores**. Estas queixas variam por região, mas convergem numa realidade comum: os diretores estão cada vez mais absorvidos pela gestão de carências e procedimentos administrativos, em detrimento da liderança pedagógica.

No **Norte**, as principais dificuldades apontadas são a **burocracia** e a **falta de assistentes operacionais**, surgindo a falta de professores com menor expressão.

No **Centro**, destaca-se de forma muito expressiva a **falta de assistentes operacionais**, a par da **burocracia** e já de uma **falta de professores significativa**.

Em **Lisboa e Vale do Tejo**, a **falta de professores** surge como uma das principais queixas, acompanhada pela **burocracia** e pela **indisciplina dos alunos**.

No **Alentejo**, os constrangimentos distribuem-se de forma equilibrada entre a **falta de assistentes operacionais**, a **burocracia** e a **falta de professores**.

No **Algarve**, a **falta de professores** assume particular relevância, surgindo associada a níveis muito elevados de **burocracia** e de **carência de assistentes operacionais**.

Embora com menor expressão, alguns diretores referiram ainda dificuldades associadas à **nova reestruturação** e à **comunicação com os serviços centrais**, um constrangimento não previsto inicialmente, mas considerado relevante por quem o assinalou.

- **Síntese final**

Os dados recolhidos pela Missão Escola Pública mostram, antes de mais, que **é possível obter números concretos e fiáveis sobre a realidade vivida nas escolas públicas**. Os resultados agora apresentados demonstram que a informação existe, pode ser recolhida e permite uma leitura objetiva dos problemas que afetam o funcionamento das escolas.

Os dados **confirmam diagnósticos, reforçam preocupações e levantam novas questões**:

- Como será garantida a avaliação dos alunos que permanecem mais do que um período sem professor?
- As turmas de 1º ciclo atribuídas a técnicos especializados vão repetir o ano letivo?
- O adiamento da aposentação é, de facto, uma medida eficaz ou poderá estar a revelar-se contraproducente?
- A reestruturação do MECI contribuiu para agilizar os procedimentos ou acrescentou novos constrangimentos às escolas?

É imperioso encontrar estas e outras respostas para a realidade vivida nas Escolas Públicas portuguesas, cujos efeitos se irão fazer sentir por gerações e gerações, se continuarem a ser ignoradas. Entrar na narrativa fácil de que a escola pública vive tempos de tranquilidade, porque não se ouve e vê nas ruas os seus profissionais, é um engodo em que apenas acredita quem não vive por dentro a realidade, pura e dura, no terreno; é um truque demagógico usado por quem não quer efetivamente resolver os problemas, porque os ignora e mascara a sua real dimensão, chegando a configurar crime contra as gerações futuras.